

O “sonho do petróleo” pode estar a chegar ao fim em São Tomé e Príncipe

No último dia 23 de Setembro, a companhia francesa Total anunciou a retirada da sua operação de prospecção de petróleo em S. Tomé e Príncipe, que concluiu ser inviável. A decisão vem aumentar dúvidas sobre a possibilidade do arquipélago poder vir a produzir petróleo, um duro golpe nas expectativas do país. Num artigo publicado na edição de Setembro da revista IPRIS Viewpoints, o investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE, Gerhard Seibert, afirma que este pode ser o fim do “sonho do petróleo”.

A decisão está tomada. A petrolífera francesa Total vai abandonar a prospecção de petróleo o Bloco 1, da zona de Zona de Desenvolvimento Comum (ZDC) dividida entre S. Tomé e Príncipe e a Nigéria. Os resultados das sondagens feitas foram decepcionantes, o que levou a companhia gaulesa a considerar que as reservas de hidrocarbonetos são demasiado limitadas para justificar mais investimento.



A ZDC foi estabelecida pela Nigéria e S. Tomé e Príncipe em 2001, altura em que já haviam grandes esperanças de que pudesse existir petróleo no território. Existem acordos assinados desde 1997 e as expectativas eram altas. O FMI e o Banco Africano traçaram perspectivas de crescimento muito positivas para o arquipélago, alicerçadas nas perspectivas da venda de petróleo e há cerca de um ano, a site de

negócios Business Insider afirmava que o país teria a economia com mais crescimento em todo o mundo durante o período entre 2013 e 2017. O governo apostou na exploração, assinou acordos de concessão e criou uma lei para a gestão dos lucros dos produtos petrolíferos que, segundo o investigador, foi considerada “exemplar e elogiada por especialistas internacionais”. Foi fundada a Agência Nacional do Petróleo (ANP), apetrechada com técnicos formados por especialistas vindos da Noruega. Tudo apontava para que em breve S. Tomé e Príncipe se juntasse ao grupo dos países produtores de petróleo.

Mas até agora nada se verificou e as esperanças podem bem vir a cair em saco roto. Desde 1999 sucederam-se concursos, iniciaram-se as sondagens, mas nem a exemplar lei do Petróleo foi aplicada, nem o orçamento anual de 12 milhões de dólares da ANP se justificou.

Sucessão de desilusões

A saída da Total constitui um último revés nas esperanças do país. Quando em 2011 a companhia francesa anunciou que iria investir 200 milhões de dólares em perfurações no Bloco 1 da ZDC, renasceu a esperança de que em 2015 S. Tomé e Príncipe poderia iniciar a sua produção de Petróleo, conforme as previsões do Governo e das entidades internacionais. Antes disto, diferentes empresas passaram pelos consórcios da ZDC, numa sucessão de passos atrás, que vem desde 2003.

As actividades no Bloco 1 iniciaram-se em 2003, depois da americana Chevron ter pago 123 milhões de dólares pela concessão da zona. No total a ZDC está dividida em 7 blocos, sendo que dois deles nunca receberam propostas.

O consórcio, que também incluía a ExxonMobile a Dangote Energy Equity Resources (DEER), do magnata nigeriano Aliko Dangote, cedo começou a mudar. Em 2006 a Chevron anunciou que as suas prospecções não tinham encontrado reservas viáveis de hidrocarbonetos e no ano seguinte cedeu 5,1 % da sua parte à sul-africana Sasol.

Os resultados da Chevron causaram desilusão mas quando em 2010 a Total adquiriu a maioria do capital do consórcio do Bloco 1 a esperança renasceu. A onda de otimismo, no entanto, não durou muito já que no mesmo ano todas as companhias, excepto a nigeriana ERHC, retiraram as suas operações dos restantes Blocos - 2, 3, 4, já que os Blocos 5 e 6 nunca chegaram a ser desenvolvidos ou concessionados - por não terem encontrado reservas com viabilidade económica.

O novo anúncio, vem deitar por terra aquela que poderia ser a última esperança de S. Tomé para atrair o investimento das companhias petrolíferas. Gerhard Seibert nota que antecipando a decisão da Total, a Sasol e a Afren abandonaram as suas quotas no bloco 1, e afirma que a Addax deverá seguir pelo mesmo caminho, deixando a nigeriana DEER como único acionista no local. Os resultados obtidos condicionam não só a ZDC com a Nigéria mas também um possível interesse em outros pontos na Zona Económica Exclusiva do arquipélago.

O investigador do ISCTE dá o exemplo do da primeira ronda de licenciamento para blocos de exploração no espaço marítimo de São Tomé e Príncipe que foi um “completo flop”. “Desde 2007 quatro grandes grupos abandonaram a ZDC: Exxon, Chevron, Sinopec e Total. Depois deste cenário é altamente improvável que a ZDC encontre facilmente novos operadores e accionistas, com capacidade técnica e financeira para investir em explorações em profundidade, em alto mar, em blocos com reservas limitadas”.

No entanto, a administração da ZDC mantém a esperança: “O argumento é que a Total deixa o Bloco 1 porque a quantidade explorável de hidrocarbonetos descoberta não corresponde ao tamanho aceitável para o portfolio corporativo, um padrão utilizado pelas grandes companhias. No entanto, a ZDC considera que isso não impede que uma companhia de petróleo independente, de tamanho médio, com as capacidades financeiras e a tecnologia, não possa investir na zona abandonada pela Total”, afirma Gerhard Seibert, dizendo que este tipo de afirmação bem como as perspectivas positivas de crescimento alicerçadas no petróleo são, neste momento, não mais que desejos. “A verdade é que neste momento não há nenhuma garantia de que S. Tomé e Príncipe será um produtor de petróleo, pelo menos no futuro próximo”.

Num país que hoje em dia depende muito da ajuda externa, o petróleo assemelha-se mais a uma miragem do que a uma perspectiva real de desenvolvimento.

Informações extraídas do Lusomonitor, de 01 Outubro 2013.